

Concurso da FCT valoriza quase só a ciência aplicada. Petição quer reverter a decisão

Cientistas alertam para que o concurso da Fundação para a Ciência e a Tecnologia relativo a projectos de todas as áreas deixou praticamente de fora a ciência fundamental: “É uma situação dramática para a ciência portuguesa”

Teresa Firmino

Um grupo de cientistas lançou uma petição para que o concurso da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) que financia os projectos científicos de todas as áreas do saber atribua dinheiro tanto à ciência fundamental como à ciência aplicada de forma equitativa. Trata-se do Concurso para Projectos de Investigação e Desenvolvimento em Todos os Domínios Científicos, importante no financiamento da comunidade científica e que, nesta edição, atribuirá 120 milhões de euros: devia abrir todos os anos, mas no ano passado tal só aconteceu nos últimos dias do ano, em cima do Natal.

Num artigo de opinião no PÚBLICO, *O Ministério da Ciência está a matar a ciência fundamental*, o neurocientista Jorge Almeida, da Universidade de Coimbra, começou por chamar a atenção para a questão de o concurso deixar praticamente de fora a ciência dita “fundamental” ou “básica” – o tipo de investigação motivada pela curiosidade dos cientistas e que procura responder a questões científicas sem uma aplicação imediata à vista, enquanto a ciência aplicada está já mais virada para desenvolver produtos que cheguem ao mercado.

“A FCT abriu o seu concurso de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos, excepto que, afinal, esse concurso não é para todos os domínios”, lamentava Jorge Almeida sobre este que é um dos concursos considerados basilares de financiamento do sistema científico português. “Como claramente descrito nos documentos de apoio, a (quase) totalidade dos projectos a ser financiados terá de ser exclusivamente em domínios aplicados – ou seja,

só a ciência imediatamente aplicável é financiada, e toda a ciência fundamental é praticamente excluída deste instrumento de apoio (não havendo outros instrumentos de financiamento do mesmo valor)”, prosseguia o artigo de Jorge Almeida.

“Só uma ínfima quantia da totalidade dos 120 milhões de euros disponíveis poderá ser usada para apoiar projectos que não sejam imediatamente aplicáveis (e nem esta se destina exclusivamente a estes tipo e ciência)”, realçava ainda o investigador no artigo, acrescentando que “não é minimamente compreensível nem aceitável que as pessoas que

tutelam a ciência em Portugal” e que “são investigadoras de nomeada se revejam numa decisão destas”.

Dias depois, outro artigo de opinião no PÚBLICO, *Ciência e inovação, ou as árvores e os seus frutos*, dos cientistas Rita Covas e Martim Melo (ambos da Universidade do Porto), Sara Magalhães (Universidade de Lisboa) e Marta Moita (Fundação Champalimaud), trazia à baila a mesma questão. Para mostrar que este concurso pós a tónica na investigação aplicada e deixou praticamente de fora a ciência aplicada, os quatro autores do artigo citavam a informação divulgada no site da FCT, a principal entidade financiadora da investigação científica em Portugal, com tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

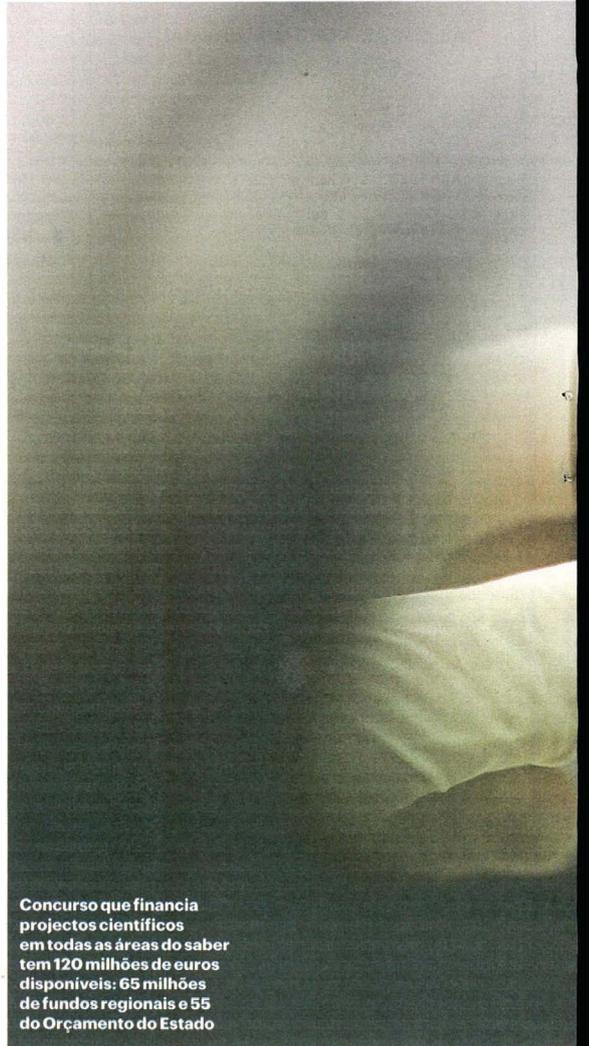
Na informação deste concurso, cujas candidaturas terminam a 21 de Março, pode ler-se na parte da “Visão global e objectivos”: “Serão apoiados projectos de IC&DT [investigação científica e desenvolvimento tecnológico], reconhecidos internacionalmente, centrados no desenvolvimento de actividades de investigação em todos os domínios científicos, que se proponham estimular uma economia de elevado valor acrescentado, bem como a excelência, a cooperação e a internacionalização, visando processos de inovação com finalidade de mercado e o aumento da criação de conhecimento para resposta a desafios empresariais e societários.”

Neste segundo artigo de opinião, os investigadores diziam ter constatado com “enorme espanto e preocupação” que “quem está à frente do financiamento de ciência em Portugal não partilha a visão de que sem ciência fundamental não há ciência para aplicar e, como se diz, “innovar”. Deixavam ainda alguns cálculos: “No actual concurso da FCT, prevê-se que



A FCT diz que os fundos regionais só aceitam projectos de ciência aplicada e desenvolvimento experimental, que continua a ser ciência aplicada. Diz, aliás, muito claramente que os projectos só podem ter 10% de ciência fundamental

Jorge Almeida
Neurocientista



Concurso que financia projectos científicos em todas as áreas do saber tem 120 milhões de euros disponíveis: 65 milhões de fundos regionais e 55 do Orçamento do Estado

do total de projectos financiados só cerca de 10%-15% serão projectos de investigação fundamental. Note-se que a taxa de sucesso destes projectos tem estado abaixo dos 10%, o que significa que o financiamento para projectos de ciência fundamental será de cerca de 1%.”

Na sequência destes dois artigos de opinião, Jorge Almeida, Rita Covas, Sara Magalhães, Martim Melo e Marta Moita lançaram a *Petição para a inclusão e financiamento equitativo de projectos de ciência fundamental e ciência aplicada no Concurso para Projectos em Todos os Domínios Científicos*. Os cinco cientistas são os primeiros signatários da petição, que teve como destinatários, e aos quais já foi enviada, o primeiro-ministro e a ministra da Ciência em funções, António Costa e Elvira Fortunato, e a presidente da FCT, Madalena Alves. Vai em mais de 1350 assinaturas, ten-

do sido também enviada à Assembleia da República.

“Situação dramática para a ciência portuguesa”

A petição requer “uma reapreciação dos regulamentos de alocação de verbas do actual Concurso para Projectos em Todos os Domínios Científicos a diferentes tipologias de actividade de investigação – ciência básica/fundamental, desenvolvimento experimental e ciência aplicada”. Especificamente, pede-se que neste concurso sejam retiradas as “restrições actuais que impedem o uso da larga maioria do financiamento disponível para financiar os projectos de ciência fundamental”.

“O actual concurso define que a esmagadora maioria dos fundos a usar para financiar projectos de investigação terá de ser usada exclusiva-



mente em projectos de ciência aplicada ou de demonstração experimental. Este regulamento deixa de fora projectos científicos focados exclusivamente em ciência fundamental”, salienta-se na petição. “Esta é uma situação que consideramos dramática e preocupante para a ciência portuguesa actual e futura, independentemente da tipologia de actividade (aplicada ou fundamental), e que não nos parece ter fundamento tanto ao nível das melhores práticas e políticas científicas dos grandes financiadores de ciência internacionais, bem como nos regulamentos dos próprios fundos nacionais e regionais a serem usados”, consideram ainda os signatários do documento.

Destacam que muitos são os exemplos de como a ciência fundamental é crucial para criar as bases em que assenta a ciência aplicada. O caso mais recente na memória de todos é

o da investigação fundamental em ARN-mensageiro (ARNm), que anos mais tarde viria a estar na base das vacinas da covid-19 e que valeu o Prémio Nobel da Medicina de 2023 aos cientistas que não desistiram desta investigação, mesmo quando poucos a valorizavam.

Muito badalada durante a pandemia da covid-19 foi também a técnica da reacção em cadeia da polimerase (ou PCR, na sigla em inglês), que revolucionou a biologia e a genética: “Esta técnica nunca teria sido possível se a curiosidade humana não tivesse levado dois biólogos, Thomas D. Brock e Hudson Freeze, a interessarem-se pelas fontes termais do Parque Nacional do Yellowstone, nos Estados Unidos”, recordam no artigo de opinião Rita Covas, Sara Magalhães, Martim Melo e Marta Moita.

“Apostar exclusivamente em ciência aplicada (ou desenvolvimento

experimental), conforme está claramente descrito no actual Concurso para Projectos em Todos os Domínios Científicos, tem como um dos principais impactos a destruição dos alicerces da própria ciência aplicada que se está a tentar alavancar neste instrumento de financiamento científico”, lamentam na petição. “Se é claro que a ciência aplicada tem de ser financiada (como é nos vários pilares do Horizonte Europa), é também claro que essa aposta não pode ser feita às custas da ciência fundamental”, consideram ainda.

“Parece um número mágico”: 10%

Jorge Almeida explica ao PÚBLICO a proveniência dos 120 milhões de euros destinados a este concurso de financiamento de projectos científicos: “O Feder – fundos regionais e

Compete 2030 – contribui com 65 milhões e o Orçamento do Estado, através da FCT, com 55 milhões”, explica. “A FCT diz que os fundos regionais só aceitam projectos de ciência aplicada e desenvolvimento experimental, que continua a ser ciência aplicada. Diz, aliás, muito claramente que os projectos só podem ter 10% de ciência fundamental”, informa o investigador, referindo-se à percentagem máxima que vem no aviso de abertura do concurso. “Não é claro de onde aparece este número de 10%. Parece um número mágico.”

A FCT responde ao PÚBLICO, por email, frisando que o modelo dos 55 milhões de euros, através do seu próprio orçamento, “continua a não distinguir entre investigação fundamental e aplicada, de acordo com a missão da FCT de financiar toda a ciência”. E que “os projectos que

ultrapassem o limiar de 10% de investigação fundamental são elegíveis para financiamento através do orçamento da FCT”, os tais 55 milhões de euros. Diz ainda que a esse dinheiro foi acrescentado um “novo financiamento de 65 milhões de euros para projectos de IC&DT, assegurado pelo programa Portugal 2030/Feder”. Por isso, considera que há um “reforço” para os dois tipos de investigação.

A FCT recorda que tem outras linhas de financiamento que incluem a investigação fundamental, como 20 milhões de euros para o Concurso Projectos Exploratórios em Todos os Domínios Científicos (aberto em Dezembro 2023), em que “a investigação fundamental é elegível para a totalidade do financiamento”. Diz ainda que a investigação fundamental é financiada também noutros concursos, como o relativo a projectos do CERN, o Laboratório Europeu de Física de Partículas.

Jorge Almeida explica que, como os fundos regionais (como é o caso do Feder) requerem determinadas percentagens de co-financiamento por parte do Estado, tal significa que mais de metade dos 55 milhões de euros (que poderiam financiar todo o tipo de ciência) será desviada para cumprir essa comparticipação. Ao fazer essas contas, o neurocientista conclui que, dos 55 milhões de euros, restam 17 milhões. Cada projecto de investigação pode receber no máximo 250 mil euros, para três anos: “O que dará para cerca de 68 projectos. Estes projectos são para todas as disciplinas, ou seja, deve dar para um a dois projectos por área [do saber], com sorte”, diz.

O anterior Concurso de Projectos para Todos os Domínios Científicos, de 2022, tinha 55 milhões de euros (tendo sido financiados 228 projectos), daí que a FCT fale no reforço agora de 65 milhões. “Mas nessa altura não havia comparticipações: esse dinheiro era dado aos melhores projectos, e não aos melhores projectos aplicados. A FCT até pode dizer que é mais dinheiro este ano (55+65 milhões), mas, na verdade, a grande maioria dos 55 milhões actuais do Orçamento do Estado ficará refém dos fundos Feder e só pode ser para projectos aplicados”, contrapõe o neurocientista.

“Em 2017, a mesma FCT e exactamente os mesmos fundos regionais (ou semelhantes) foram usados para financiar todos os tipos de projectos e não houve nenhuma limitação para a ciência fundamental, desde que esta se alinhasse, mesmo que de forma indirecta, com as prioridades dos fundos. E a ciência fundamental também se pode alinhar. Aliás, tive dois projectos financiados por esses fundos e só faço ciência fundamental”, recorda Jorge Almeida, reiterando o objectivo da petição: “A ideia é que os fundos possam ser usados como em 2017, sem nenhum impedimento.”

Concurso da FCT
**Petição exige
mais verbas
para a ciência
fundamental**

Concurso da FCT que financia todos os tipos de projectos valoriza quase só a ciência aplicada. “É uma situação dramática” *Ciência*, 24/25
